

18 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do STF defende poder de investigação do MP

'Acabou a cultura do biombo', disse Ayres Britto diante de 200 promotores de Justiça em São Paulo

O ministro Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem o poder de investigação do Ministério Público. "A cultura do biombo acabou, a cultura da opacidade acabou, vivemos uma época de transparência", disse o ministro a uma plateia de 200 promotores e procuradores de Justiça de São Paulo que o aplaudiram de pé. "Quanto mais se dilata as instâncias de investigação melhor. O poder de investigação do Ministério Público é servir a democracia."

O STF está na iminência de concluir julgamento da mais importante demanda relativa ao poder de investigação criminal do MP. O placar, até aqui, é 4 a 3 a favor dos promotores, mas eles estão inquietos ante eventual revés, que irá enfraquecer a instituição. Ayres Britto já antecipou seu voto. Ele reconhece que o MP pode apurar.

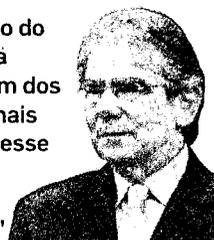
"O poder investigatório do MP é servir a cidadania, um dos conteúdos mais eminentes desse continente que é a democracia", afirmou o ministro. "O MP dispõe do poder, não de abrir inquérito policial, isso é a polícia que faz, são os órgãos da segurança pública listados pelo artigo 144 da Constituição, mas do poder de fazer por conta própria investigação criminal. A Constituição outorgou sim ao MP."

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, disse que "devem temer o Ministério Público todos aqueles que receiam a correta e adequada aplicação de execução das leis". Para ele, na polêmica sobre o poder investigatório "há seguramente uma confusão de interesses, inclusive os equivocadamente corporativistas que

● Democracia

CARLOS AYRES BRITTO
PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"O poder investigatório do MP é servir a cidadania, um dos conteúdos mais eminentes desse continente que é a democracia"



precisam ser superados". "O Ministério Público, quando investiga, não o faz para afirmação da sua importância, mas para a importância da aplicação adequada das leis."

O procurador-geral aponta a origem dos ataques à sua instituição. "É natural que o MP, quando realiza o poder investigatório, alimente de parte contrária antagonismo, pode ser o interesse na impunidade, o interesse equivocado e corporativista, pode ser interesse econômico."

Sobre as críticas de delegados de polícia, que alegam que o MP não tem limites, Elias Rosa disse. "O MP quer e necessita investigar justamente para conter abusos e atuações sem limites. O marco do MP é a legalidade e a Constituição."

O procurador alertou para projetos no Congresso que ameaçam o MP. "Se o Supremo proclamar a constitucionalidade da nossa atuação, qualquer proposta de emenda passa a ser inconstitucional."

O ESTADO DE S. PAULO

Homicídio

de jovens 18 JUL 2012

cresce 346%

em 30 anos

Acidentes de trânsito, principalmente com motos, também preocupam, segundo estudo

● **Maceió**
A capital alagoana é a que tem a maior taxa de homicídios contra crianças e jovens: 79,8 casos por 100 mil

Bruno Paes Manso

De um lado, avanços em pesquisas e mais investimentos em saúde nos últimos 30 anos diminuíram os riscos de crianças e adolescentes morrerem de doenças e causas naturais no País. De outro, o Brasil ficou mais violento para essa faixa da população no mesmo período.

Entre 1980 e 2010, o total de mortes de pessoas entre 0 e 19 anos por doenças e causas naturais passou de 387 casos em cada 100 mil pessoas para 88,5 por 100 mil, queda de 77%. Por outro lado, cresceu o total de crianças e de adolescente que morrem pelas chamadas causas externas, que incluem homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e de outros tipos. As vítimas de causas externas, que somavam 27,9 casos por 100 mil habitantes em 1980, alcançaram 31,9 casos por 100 mil em 2010, aumento de 14,3%.

Em 30 anos, 55 crianças e adolescentes morreram diariamente por homicídios, suicídios e acidentes, total suficiente para colocar o Brasil nos primeiros lugares no ranking de países mais violentos para crianças e jovens no mundo. É o quarto onde mais se mata e o 12.º onde mais se morre por acidentes de trânsito.

A piora no quadro de mortes por causas externas foi puxada pelos homicídios, que cresceram 346,4% em 30 anos. Em

1980, morreram assassinadas 3,1 crianças e adolescentes em cada 100 mil, total que alcançou 13,8 casos por 100 mil em 2010. Também aumentou o total de suicídios (38%) e de acidentes de trânsito (7%).

Os dados são do Mapa da Violência 2012 - Crianças e Adolescentes do Brasil, estudo feito pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e pela Flacso Brasil. “Esses dados ajudam a revelar certos aspectos do Brasil que às vezes passam despercebidos. O fato de no Brasil se matar 130 vezes mais crianças e adolescentes do que no Egito revela que algo está errado”, diz o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, que coordenou a pesquisa.

Situação em SP. Em 2010, São Paulo foi a capital brasileira com menor número de assassinatos de jovens e crianças, com 5,3 homicídios por 100 mil habitantes. No trânsito, entre as 27 Unidades da Federação, o Estado paulista ficou em 22.º lugar, entre os menos violentos para essa faixa etária.

No caso dos acidentes de trânsito, o estudo revelou peculiaridades interessantes. Na última década, diminuiu o total de mortes entre crianças de 2 a 13 anos. Nos extremos, porém, tanto entre bebês de 0 a 1 ano quanto entre adolescentes de 14 a 19, aumentou o número de vítimas.

Para os jovens, esse aumento ocorreu principalmente por causa do crescimento da venda e

uso das motocicletas, que representaram 39% das mortes em acidentes de trânsito, à frente do automóvel (19,3%) e pedestres (12%). “É uma idade complicada. Chamamos o jovem de 14 a 18 anos que dirige de ‘aventurista’, aquele que pega a moto e a bicicleta e mergulha no meio do trânsito sem pensar muito nas consequências”, explica Dirceu Rodrigues Alves Júnior, diretor da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

Violência sexual. O estudo também tentou identificar os atendimentos feitos no Sistema Único de Saúde (SUS) de jovens e adolescentes vítimas de violência física e de abuso sexual.

A fatia com maior quantidade de vítimas compreende crianças de 1 a 4 anos. Em 2011, foram atendidas no Brasil vítimas de agressão 6.132 crianças, enquanto 1.607 jovens entre 15 e 19 anos foram parar nos hospitais por causa de violência física. “Nos casos de violência há ainda as cifras negras, casos que acabamos não conhecendo porque a vítima fica constrangida em pedir ajuda”, diz Waiselfisz.

Ainda em 2011, 10.425 pessoas foram atendidas em hospitais vítimas de violência sexual. Em 23% dos casos, pais e padrastos foram os responsáveis.

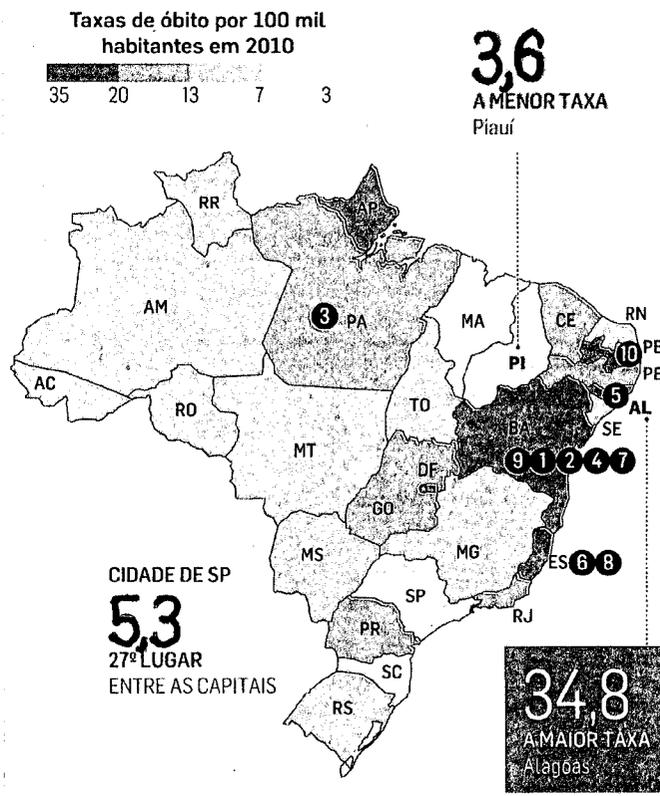
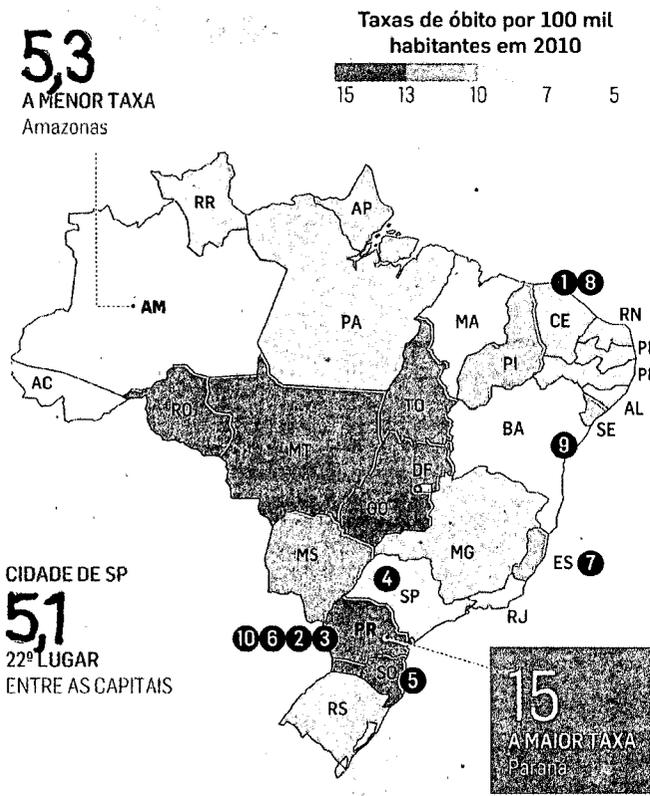
CONTINUA

● Em 30 anos, 55 crianças e adolescentes morreram por dia por causas externas no Brasil. O País é o 4º onde mais se mata e o 12º onde mais se morre por acidentes

CONTINUAÇÃO **18 JUL 2012**

608 mil mortes

de crianças e adolescentes por causas externas* entre 1981 e 2010



Municípios com maiores taxas de óbito por 100 mil habitantes em 2010

1 CE Barbalha	89	1 BA Simões Filho	134,4
2 PR Francisco Beltrão	48,5	2 BA Lauro de Freitas	94,6
3 PR Cianorte	48,4	3 PA Ananindeua	88,6
4 SP Bebedouro	42,3	4 BA Itabuna	85,7
5 SC Tubarão	38,2	5 AL Maceió	79,8
6 PR Paranavai	37	6 ES Vitória	76,8
7 ES Cachoeiro de Itapemirim	36,1	7 BA Eunápolis	76,3
8 CE Sobral	35	8 ES Serra	65,7
9 BA Brumado	33,8	9 BA Porto Seguro	63,4
10 PR Toledo	32,9	10 PB João Pessoa	59,4

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Análise: *Bruno Paes Manso*

País não sabe lidar com imaturidade da juventude

18 JUL 2012

Se a vida não costuma ser fácil para ninguém, ela parece ainda mais complicada para os adolescentes. Mais do que excesso de hormônios, a neurociência já identificou na imaturidade do córtex orbitofrontal dos jovens – área do cérebro responsável pelos cálculos de custo-benefício que antecedem as escolhas – uma das causas do excesso de decisões equivocadas nessa faixa etária. A imaturidade leva o jovem a não pensar nas consequências de longo prazo de suas ações e a sobrevalorizar os ganhos de curto prazo.

Normal, sempre foi assim. Há sociedades, no entanto, como a brasileira, que não parecem saber lidar com a infância e a juventude. Mais do que em outros lugares, no Brasil, as consequências dos erros podem ser fatais. O País lidera o ranking da violência contra crianças e adolescentes em diferentes pesquisas. Enquanto em Portugal, por exemplo, os homicídios contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos correspondem a 0,2 caso por 100 mil habitantes, no Brasil essa taxa chega a 13 assassinatos por 100 mil habitantes, total 65 vezes maior.

Nesse sentido, a sociedade brasileira parece viver um contrassenso. Ao mesmo tempo em que avanços na saúde permitem diagnósticos mais precisos e o combate mais eficiente a doenças, o Brasil continua parecendo incapaz de construir instituições capazes de garantir comportamentos mais civilizados e menos violentos.

São responsáveis pelos homicídios de crianças e adolescentes tanto os jovens que convivem com eles e matam muitas vezes por motivos banais, quanto integrantes das instituições policiais, que deveriam ser responsáveis por controlar e punir os comportamentos violentos. Grupos de extermínios são comuns em praticamente todas as capitais – e os jovens são o alvo principal de seus integrantes.

A dificuldade em lidar com a natural irresponsabilidade dos mais jovens também fica evidente no trânsito. As motocicletas, tipo de veículo em que o motorista está mais exposto e vulnerável aos riscos, tornam a vida sobre duas rodas um comportamento quase suicida. Em dez anos, entre 2000 e 2010, as mortes de jovens de 19 anos, por exemplo, cresceram 72%.

A fragilidade das estruturas familiares pode ser uma entre as diversas causas desse quadro. Segundo os dados do Mapa da Violência, foram pais e padrastos os responsáveis por 39% das agressões físicas contra crianças e adolescentes hospitalizados no ano passado.

Pai que teve filho de 18 anos morto acha a polícia despreparada

● Em julho do ano passado, o guarda-civil de Diadema Claudio Martins de Freitas, de 52 anos, perdeu o filho Jefferson, de 18, assassinado. O mais velho, Cleiton, de 21, foi preso. Sem pensar muito nas consequências, os dois jovens arriscaram o futuro ao tentar assaltar um carro no semáforo.

Jefferson morava com o pai, fazia musculação e tentava uma bolsa para cursar Educação Física. Até hoje, Freitas não entende o que passou na cabeça dos filhos. Como guarda-civil, ele concorda que deveria haver punição. A reação por parte dos policiais, no entanto, segundo ele ouviu de testemunhas que acompanharam a perseguição que matou seu filho, foi o problema.

Jefferson, segundo ele, estava desarmado. Ele não acredita que o filho, depois de fugir por mais de 200 metros da cena do crime e se esconder atrás de um carro em uma garagem, sairia disparando de trás do carro. Foi essa a versão da PM. O caso foi investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), mas acabou arquivado por falta de provas. "Os policiais também são jovens demais, despreparados. Eu tenho 52 anos e em 20 como guarda nunca precisei efetuar disparos."

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ NEUMANNE 18 JUL 2012

A rede covarde da maledicência impune

No fim do mês passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso do Google contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio que o obrigava a deixar de oferecer fotos e filmes de apelo erótico e sugestões de pedofilia da estrela de cinema e televisão Xuxa Meneghel. A jurisprudência foi firmada sob a alegação de que o provedor de internet não pode ser inculcado e punido por material que não produz nem fiscaliza, mas apenas faz circular. Antes disso, a Terceira Turma do STJ manteve condenação ao Orkut, de propriedade do Google, por ter mantido ofensas feitas por um blogueiro ao diretor de uma faculdade em Minas. Aquela turma fixou em 24 horas, depois de denunciada a ofensa, o prazo para o veículo suspender a exibição dela, sob pena de ser responsabilizado judicialmente.

Para qualquer leigo em meandros do *jurisdiquês*, caso do autor destas linhas, há uma contradição em termos. E certamente a confusão é provocada pela ausência de uma legislação clara e rigorosa para coibir a circulação de infâmias covardes e anônimas em redes sociais e quaisquer veículos que acolham e divulguem informações de todo tipo num dos meios mais utilizados de comunicação deste século da alta tecnologia, que é a rede mundial de computadores. A omissão jurídica a respeito do assunto não é uma exclusividade tupiniquim, mas nos países desenvolvidos alguns avanços têm sido registrados para impedir abusos sem violação de direitos elementares da liberdade de informação, expressão e opinião. A praticidade e a comodidade oferecidas pelo banco de informações vendido pelo Google são de tal ordem que tem

Provedores e redes sociais na internet devem ser tidos como meios de comunicação

passado ao largo dessas decisões o fato elementar de que esse provedor vende um produto que obtém de graça, o que caracteriza, obviamente, pirataria. E também que a tecnologia capaz de facilitar qualquer pesquisa ou informar algo relevante a alguém que trabalhe com informação ainda não desenvolveu meios que tornem possível separar o joio do trigo. Não se sabe como distinguir um dado correto de uma reles falsificação.

Na verdade, não é realista reivindicar a erradicação da falsidade proibindo que o instrumento funcione, pois isso provocaria uma revolta mundial de usuários já habituados à facilidade da obtenção dos dados necessários para uma pesquisa ou um texto. Mas urge mudar radicalmente o enfoque que tem sido dado à proteção das mensagens veiculadas - reais ou falsas. As redes sociais e os provedores dessas informações não são - como querem fazer crer os executivos de um dos mais bem-sucedidos negócios de alta tecnologia do mundo - apenas formas de relacionamento interpessoal, mas seu alcance permite defini-los como meios de comunicação social. Quem duvidar está convidado a refletir sobre a importância dada a esses meios pela publicidade comercial e pela propaganda política.

Por mais riscos que a falta de vigilância possa provocar, seja na boa imagem de produtos, seja na honra de cidadãos, ninguém resiste a anunciar, promover ou simplesmente se expor por esses meios. Neste ano de

eleições municipais, o *caluniômetro* nacional ganhará velocidade maior até do que a do *impostômetro* da Associação Comercial de São Paulo, fazendo parecer folguedos de crianças as infâmias divulgadas na última campanha presidencial, tais como fotos de Luiz Inácio Lula da Silva com uma mancha de urina na calça ou lendo um livro de cabeça para baixo e de sua candidata, Dilma Rousseff, exibindo um fuzil a tiracolo. Dilma também foi citada falsamente como impedida de entrar nos Estados Unidos por causa de sua militância na guerra bruta e suja contra a ditadura militar brasileira, na qual os americanos simpatizavam com os militares.

No entanto, ainda que vítima, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) nunca manifestou interesse algum em reprimir a covarde rede de infâmias que circula impunemente entre os usuários de computadores no Brasil, como se ela fosse de somenos importância.

O petista Marco Maia (RS), presidente da Câmara dos Deputados, tem tratado com displicência acima do razoável a tramitação na Casa do Marco Civil da Internet, que, em teoria, poderia pôr fim à confusão a respeito da responsabilidade de provedores e redes sociais em crimes contra a honra, como exposto no início deste texto. Aliás, a expressão em teoria merece uma explicação. A proposta a ser debatida e votada no Congresso é de uma platitude que não assusta caluniadores pela internet nem tranquiliza suas vítimas eventuais - quaisquer que sejam.

CONTINUA

18 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Seria ingênuo imaginar que os parlamentares, cujos partidos são vítimas e alvos da rede mundial da maledicência, enfrentassem temas que tampouco empolgam seus colegas nos países mais ricos, como a pirataria do Google ou os serviços prestados pelas redes sociais às agências de espionagem. Mas é sua obrigação precípua impedir que se confunda – como vem ocorrendo, e não só nos meios cibernéticos – liberdade de expressão com licença para enxovalhar a honra alheia.

A indiferença dos legisladores ao problema torna-os cúmplices de quem se aproveita da ausência de leis que impeçam expressar ressentimentos, manifestar desvios de comportamento e até tirar vantagem da difamação. Não há mais tempo hábil para evitar que essa prática daninha provoque turbulências indesejáveis nas campanhas eleitorais que estão para começar. Mas é preciso desde já empenhar a energia e o poder político que os membros do governo federal têm para pôr fim a esse massacre de reputações na telinha, em vez de gastá-los na discussão de marcos regulatórios da mídia e outros eufemismos a pretexto de disfarçar tentativas de controlar a informação ou a opinião desagradáveis ou nocivas aos donos do poder.

O primeiro passo a ser dado é a conscientização de que combater a veiculação da infâmia anônima em quaisquer meios, computadores pessoais inclusive, não é ferir as liberdades individuais, mas acudi-las, salvaguardando a honra do cidadão.

JORNALISTA E ESCRITOR, É EDITORIALISTA DO 'JORNAL DA TARDE'

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Belo Monte

18 JUL 2012

O Ibama quer barrar o desembargador **Souza Prudente**, do TRF-1, na discussão sobre o licenciamento ambiental de Belo Monte – que coloca em lados opostos MP e União. Sustenta que ele já se posicionou sobre o tema em julgamento anterior e na imprensa.

O magistrado nega.

Belo Monte 2

Souza Prudente substituiu o desembargador **Fagundes de Deus**, que se aposentou.

Belo Monte 3

A queda de braço, aliás, se arrasta na Justiça brasileira. Há nada menos que 14 ações sobre a hidrelétrica em tramitação.

Um verdadeiro imbróglio.

Toga verde

Curiosa sentença de um juiz da Fazenda Pública de SP. Via despacho, deu pito no advogado e sentenciou que ele evite o desperdício de papel – “atentatória ao conceito de sustentabilidade”.

JUSTIÇA

Mulher recebe R\$ 93 mil por disparo em banco

A 2.^a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu indenização de R\$ 93.330 por danos morais a uma cliente atingida por disparo de arma de fogo em uma agência bancária de São Bernardo do Campo. No tiroteio entre assaltantes e seguranças, uma bala atingiu seu pé esquerdo. O TJ-SP entendeu, em recurso, que a conduta dos bandidos não é excludente de responsabilidade do banco.

18 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

Descentralização

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça definiu, por meio da Resolução nº 50, a competência e abrangência territorial do Fórum de Santa Felicidade, que foi instalado no dia 4 de julho, e do Fórum da CIC, que será instalado ainda neste ano.

CIC

De acordo com a Resolução, o Fórum descentralizado da Cidade Industrial, abrangerá os bairros Augusta, Cidade Industrial, Riviera e São Miguel. Funcionará junto ao Fórum, o 6º Juizado Especial Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, denominado Vara descentralizada da Cidade Industrial.

Santa Felicidade

Já o Fórum de Santa Felicidade irá atender a população dos seguintes bairros: Butiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Cascatinha, Lamenha Pequena, Mossunguê, Orleans, Santa Felicidade, Santo Inácio, São Braz, São João, Seminário e Vista Alegre. Junto ao Fórum, funcionará o 10º Juizado Especial Cível do Foro Central de Curitiba, que será denominado Vara descentralizada de Santa Felicidade.

18 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO

Justiça condena TIM por inclusão indevida

Por ter efetuado cobranças indevidas e inscrito o nome de uma cliente (Hiperbattery Ltda.) em cadastros restritivos de crédito, a Tim Celular S.A. foi condenada a restituir-lhe, em dobro, os valores recebidos, bem como a pagar-lhe a quantia de R\$ 5.000,00 a título de dano moral. Alegando descumprimento da cláusula de fidelidade, a operadora havia cobrado da Hiperbattery Ltda. uma multa no valor de R\$ 1.951,35, bem como uma fatura gerada após o cancelamento dos serviços. Ocorre que a cliente pediu o cancelamento após o prazo de fidelidade estipulado no contrato (12 meses).

Essa decisão da 12.ª Câma-

ra Cível do Tribunal de Justiça do Paraná reformou, em parte (apenas para condenar a ré, também, a ressarcir à apelada – Hiperbattery Ltda. – o valor referente à multa) a sentença do Juízo da 1.ª Vara Cível da Comarca de Apucarana que julgou parcialmente procedente a ação de indenização por danos materiais, cumulada com repetição de indébito, ajuizada por Hiperbattery Ltda. contra a Tim Celular S.A.

A relatora do recurso de apelação, desembargadora Ivanise Maria Tratz Martins, consignou em seu voto: “É importante afirmar que ao presente caso se aplica o Código de Defesa do Consumidor”.

JORNAL DO ESTADO

BRUNO STROBEL

**Mais um
envolvido
no caso vai
a julgamento**

18 JUL 2012

Está marcado para a manhã de hoje, a partir das 8h30, o julgamento do supervisor da empresa de segurança Centronic, Ricardo Cordeiro Reysel, outro envolvido no caso Bruno Strobel Coelho Santos, o estudante de 19 anos morto em 2007. O representante do Ministério Público do Paraná (MP-PR) no caso é o promotor de Justiça Paulo Conforto.

Bruno Strobel desapareceu no dia 2 de outubro de 2007 e foi encontrado morto uma semana depois, com um tiro na cabeça, na Rodovia dos Mineiros, no município de Almirante Tamandaré (Região Metropolitana de Curitiba). O jovem teria sido morto por funcionários da Centronic, após ter sido flagrado pichando o muro de uma clínica, no bairro Alto da Glória.

Outros três seguranças da Centronic já foram julgados e condenados, em primeira instância: Marlon Balem Janke, Douglas Rodrigo Sampaio Rodrigues e Eliandro Luiz Marconcini. O julgamento de Reysel será no auditório da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré.

Bruno Strobel era filho do cronista esportivo Vinícius Coelho, que morreu no mês passado em um acidente no Tarumã, em Curitiba. O jornalista foi atropelado quando caminhava.

18 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

TJ reforça permanência de comissionados na Câmara

Loriane Comeli
Reportagem Local

Ao analisar o mérito de um recurso da promotora de Defesa do Patrimônio Público de Londrina Sandra Regina Koch, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná negou ontem liminar para obrigar a Câmara Municipal de Londrina a exonerar funcionários em cargos comissionados que excedem o número de servidores concursados. São cerca de 100 cargos comissionados contra 50 servidores efetivos. A liminar havia sido negada pela 1ª Vara da Fazenda Pública e também pelo desembargador Luiz Mateus de Lima, relator do processo na 5ª Câmara Cível do TJ.

A ação civil pública foi movida por Sandra Koch em março deste ano, com o argumento de que deve haver proporcionalidade entre os cargos comissionados e os efetivos. Para solicitar a liminar, a promotora assegurou que os gastos mensais com os comissionados excessivos são de aproximadamente R\$ 124 mil.

Em abril, ao julgar a liminar, o

desembargador Luiz de Lima sustentou que o Legislativo tem autonomia para fazer a própria organização administrativa e, sendo a Câmara "eminente-política", considerou "razoável que vereadores sejam assessorados por pessoas de sua confiança". Outro argumento considerado foi eventual prejuízo em razão da exoneração dos comissionados. A decisão de ontem, da 5ª Câmara Cível,

Audiência sobre caso está marcada para 20 de setembro

não foi divulgada. A promotora Sandra Koch informou por meio do telefonista do MP que não tinha declarações a fazer sobre o processo.

Enquanto o recurso tramitava no TJ, o processo teve prosseguimento na 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina. O juiz Marcos José Vieira marcou para 20 de setembro a audiência do processo e já convocou o presidente da Câmara, Gerson Araújo, para prestar depoimento. Con-

forme despacho com data de 4 de julho, o magistrado pretende esclarecer na audiência se "os servidores ocupantes de cargos comissionados executam exclusivamente funções de assessoramento e chefia e se para a execução dos trabalhos de assessoramento e chefia é necessária a admissão do número total de comissionados que atualmente estão lotados na Câmara Municipal".

Um dos argumentos utilizados pela Câmara é que os cargos comissionados já foram alvo de ação civil pública em 2006, argumento que foi rechaçado pelo juiz. Naquela ação, escreveu Vieira, "o Ministério Público impugnou nomeações de servidores determinados, que, embora providos em cargos em comissão, estariam a desempenhar funções típicas de cargos efetivos". Nesta ação, a promotora quer somente a proporcionalidade entre cargos efetivos e comissionados. Ontem, Gerson Araújo e o procurador jurídico do Legislativo, Miguel Garcia, não foram localizados pela reportagem. A Câmara está em recesso.

FOLHA DE LONDRINA

Juiz absolve Bonilha

18 JUL 2012

O ex-vereador Orlando Bonilha, que presidiu a Câmara Municipal de Londrina entre 2005 e 2006, foi absolvido da acusação de exigir parte do salário de um funcionário comissionado que indicou para ocupar funções na prefeitura e no Legislativo. Segundo a denúncia do Ministério Público feita em 2009, Bonilha teria praticado concussão ao exigir que mensalmente Antonio Dametto lhe entregasse parte do salário - entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil mensais. O fato teria ocorrido entre junho de 2002 e janeiro de 2005 e entre junho e dezembro de 2006.

Para o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, não ficou configurado o crime - punível com pena de reclusão de dois a oito anos - porque Dametto disse ter entregue parte do salário voluntariamente. Dametto trabalhou como assessor no Terminal Rodoviário, em 2002, com salário de aproximadamente R\$ 3 mil, cargo conseguido por indicação de Bonilha, cujo partido à época fazia parte da base de apoio ao então prefeito Nedson Micheleti (PT). Posteriormente, conseguiu o cargo de revisor na Câmara, com salário de cerca de R\$ 5 mil.

Perante o juiz, Dametto sustentou "que não recebeu nenhum pedido ou exigência de Bonilha, mas apenas uma sugestão de que se poderia colaborar com o 'staff político' dele". "Embora tenha se confirmado o recebimento das quantias pelo réu, não restou demonstrada a prática do núcleo do tipo penal (exigir)", concluiu o juiz ao absolver Bonilha.

Bonilha sustentou que o dinheiro não era para si, mas para o Partido da República (PR), legenda a qual era filiado à época, e que esta prática era comum na política. O advogado do ex-vereador, Ronaldo Neves, disse ter ficado "satisfeito com a decisão". "Efetivamente, não houve exigência. Espero que o Ministério Público não recorra e se pacifique esta questão." A reportagem não conseguiu contato ontem os promotores que atuaram no caso.

18 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

PAULO SÉRGIO MARKOWICZ DE LIMA

As investigações de homicídios no Paraná

É momento de avaliar os resultados da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), que programou a conclusão de todos os inquéritos de homicídios, iniciados antes de 31 de dezembro de 2007. Quando se apurou o número de inquéritos da meta, em novembro de 2010, o Paraná foi o "patinho feio", com 7.352 inquéritos sem conclusão e o primeiro lugar absoluto entre todos os estados. Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, posteriormente, apresentaram um número maior que o nosso, mas, o estrago na nossa reputação já estava feito.

Cabe esclarecer que toda morte violenta ou suspeita exige apuração em inquérito policial, mesmo quando a velhinha, que deixou um polpudo seguro e foi achada morta na sala de casa, faleceu por causas naturais e, portanto, o caso deve ser arquivado. O cadáver achado num matagal reclama uma investigação, bem como se o empresário, encontrado morto com um tiro no trabalho, matou-se ou alguém atirou nele.

Passado mais de um ano de execução da Meta 2, com esforço conjunto das polícias civil e científica, bem como das promotorias de Justiça, chegamos ao número de 5.642 inquéritos resolvidos no Paraná. Não atingimos a meta, portanto. Mas, 76,7% das investigações foram encerradas com o arquivamento ou início do processo criminal. Isso não é pouco, pois se havia 100 inquéritos em andamento numa delegacia, 76 deles deixaram de sobrecarregar a autoridade policial, que terá mais tempo para investigar melhor os homicídios. A diminuição de volume de tais inquéritos também repercutirá positivamente na qualidade do trabalho do Ministério Público.

Em Curitiba, o percentual de resolução dos inquéritos foi ainda mais expressivo (91,76%), pois se havia 1.700 inquéritos no início da meta, hoje há apenas 140, fruto de empenho do Grupo Honre, da Polícia Civil, chefiado pelo delegado Rubens Recalcatti e do promotor de Justiça Marcelo Balzer Correia, que atuava na promotoria especializada em homicídios.

E estes inquéritos não resolvidos, como ficam? Eles se somarão aos inquéritos iniciados até 31 de

dezembro de 2008 e teremos uma nova meta da ENASP. Faremos de tudo para atingi-la e o esforço, sem dúvida, será muito válido, pois, na execução da Meta 2, conseguimos identificar onde falhamos. Chegou-se à conclusão de que é absolutamente vital uma integração entre os trabalhos da polícia civil, polícia militar, instituto de criminalística e médico legal, bem como da promotoria, sendo crucial que todos os agentes frequentem, rotineiramente, cursos de capacitação técnica. Viu-se que é preciso mais servidores trabalhando em todos os setores da investigação dos crimes contra a vida, principalmente nas polícias civil e científica. Apurou-se que o maior índice de mortes é relacionado ao tráfico de drogas, pelo que se exige maior rapidez do poder público na responsabilização do homicida, caso contrário, a lei do silêncio preponderará e aumentará sensivelmente o número de casos sem solução, em virtude do medo das testemunhas em depor sobre o crime.

A Meta 2 pôs em evidência um conhecido vilão: o acúmulo de serviço. No entanto, não podemos deixar de cumprir nossa função a contento sob o pretexto do trabalho excessivo, pois se estamos emocionalmente sobrecarregados em razão disso, há pessoas com uma angústia imensa, ansiosas para saber quem matou seu filho, seu marido e porque fez isso. Ainda que o inquérito seja arquivado por não se identificar o autor da morte, só o fato de saber que as autoridades públicas fizeram o que era possível já é um

alívio para os familiares das vítimas e encerra um capítulo triste na vida deles.

Se há falhas que tornam morosa a apuração do crime de homicídio no Paraná, a culpa, sem exceção, é de todos os agentes públicos incumbidos da tarefa e nos cabe a grave e urgente missão de sanar as deficiências detectadas. Enfim, as metas da ENASP mexeram positivamente na apuração dos homicídios no Brasil todo, revelando-se como um sopro de ar fresco nas investigações emperradas.

A Meta 2 pôs em evidência um conhecido vilão: o acúmulo de serviço. No entanto, não podemos deixar de cumprir nossa função a contento sob o pretexto do trabalho excessivo.

PAULO SÉRGIO MARKOWICZ DE LIMA

é promotor de Justiça do Centro de Apoio das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais do Paraná e gestor estadual do MP-PR na ENASP

18 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

TRT mantém rebaixamento de funcionários na CMTU

Mesma decisão permite
que mudanças não sejam
imediatas; Quase 60
pessoas serão atingidas

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba, negou ontem recurso da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e manteve a decisão da primeira instância da Justiça do Trabalho de rebaixar pelos menos 58 funcionários que foram promovidos indevidamente por planos de cargos, carreiras e salários (PCCS) aprovados em 1997, 2004 e 2006.

No entanto, os desembargadores acataram o pedido da CMTU para evitar o rebaixamento imediato: a decisão proferida em abril do ano passado pela juíza Samanta Roder - que dava prazo de meses para a CMTU rebaixar os funcionários - deve ser cumprida somente após o trânsito em julgado do processo, ou seja, quando não houver mais possibilidade de recurso. A assessoria de comunicação do TRT informou que a 1ª Turma também reduziu a indenização por dano moral coletivo de R\$ 100 mil para R\$ 50 mil.

O pedido para o rebaixamento dos funcionários foi feito pelo procurador do trabalho em Londrina, Marcelo

Adriano da Silva, em ação civil pública protocolada em 2010. Para ele, as promoções foram irregulares porque muitos funcionários concursados para funções que exigiam escolaridade de nível fundamental ou básico galgaram posições de nível médio ou superior, aumentando seus salários sem serem aprovados em concurso. Por isso, a Justiça do Trabalho - em primeira e segunda instância - entendeu que houve afronta à Constituição, que proíbe o acesso a cargos públicos sem concurso.

A CMTU sempre sustentou que as promoções não foram feitas nesta administração e que rebaixar tantos funcionários de uma vez causaria instabilidade na companhia. Ontem, o assessor de comunicação da companhia, Leandro Rosa, não estava na cidade e a secretária informou que ninguém além dele poderia fazer contato com os diretores. A reportagem tentou ainda falar com o presidente, André Nadi, e a diretora administrativo-financeira Cristel Bared, mas seus celulares estavam desligados.

18 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

*"Se difere pelo número de testemunhas,
réus, páginas, peças..."*

Presidente do STF, **Ayres Britto**, ao comparar
o processo do mensalão a outros casos

DIREITO

INDENIZAÇÃO

***Fui vítima de um estelionatário, que abriu uma
conta corrente em meu nome com documentos
falsos. Em razão desta conta, meu nome
foi inscrito no Serasa como devedor.
Quais são os meus direitos?***

A inclusão indevida do nome de alguém como devedor junto ao Serasa ou qualquer outra espécie de cadastro restritivo de crédito, por si só, já gera direito a indenização por danos morais; é óbvio o constrangimento e embaraço sofridos pela vítima.

No caso do leitor, o fato de tal inscrição ter se dado em razão de "golpe" aplicado por estelionatário não isenta a responsabilidade do banco de indenizá-lo pelo dano moral sofrido.

A abertura de uma conta corrente com o uso de documentos falsos revela negligência do banco no ato de conferir os documentos pessoais do cidadão, sendo que pela importância do ato, a abertura de conta corrente somente deve ser realizada após uma análise criteriosa da identidade do contratante.

Gabriel Nogueira Miranda – advogado (Londrina)

Alto índice de homicídios leva bases UPS para a CIC

18 JUL 2012

Polícia ocupa
quatro vilas
estratégicas da
Cidade Industrial
para instalação de
postos policiais
permanentes

Rodrigo Batista, especial para a
Gazeta do Povo, e Diego Antonelli

Cerca de 1,3 mil policiais militares, civis e guardas municipais deram início ontem à fase de ocupação para instalação de mais quatro Unidades Paraná Seguro (UPSs) na capital, desta vez na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Os módulos policiais permanentes ficarão nas vilas Verde, Sabará, Caiuá (nas margens do Contorno Sul) e Nossa Senhora da Luz (ao lado do terminal de ônibus da CIC). Cerca de 42 mil pessoas moram nessas comunidades — o equivalente a 24% da população total da CIC —, em uma área que compreende 2,8 mil quilômetros quadrados.

Os altos índices de criminalidade foram determinantes para que o bairro fosse escolhido para receber as novas UPSs, segundo o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César. “Aqui [na CIC] há altíssimos índices de homicídios, de tráfico de drogas e dissemina-

ção do crack. Pela presença do tráfico, homicídios e crimes patrimoniais acabam se projetando para outras regiões de Curitiba e região metropolitana”, disse.

No primeiro semestre deste ano foram registrados 52 assassinatos na CIC, o que corresponde a 17% do total de homicídios (304) em Curitiba no mesmo período. Apesar de elevado, o número de homicídios no bairro teve queda de 7% em relação ao primeiro semestre de 2011 — na cidade como um todo, a redução foi de 14,8%. Também nos primeiros seis meses de 2012 foram registrados 862 furtos e 835 roubos na CIC, o que corresponde a 4% e 6,5% do total contabilizado no restante da cidade.

Trabalho prévio

A ocupação das comunidades começou logo ao amanhecer sem maiores incidentes. Não houve prisões. Segundo o comandante da PM, Roberson Luiz Bondaruk, um trabalho conjunto das polícias Civil e Militar feito nos últimos quatro meses possibilitou a retirada prévia dos criminosos de maior periculosidade. Ele informou que 63 mandados de busca e apreensão foram cumpridos e 37 pessoas foram presas na região. Outros 55 homicidas foram identificados e terão, em breve, seus

mandados de prisão expedidos pela Justiça. Ao longo do dia, nenhum incidente foi registrado.

Nos próximos dias, os policiais trabalharão em turnos e vão se dividir de acordo com o nível de criminalidade de cada vila, fazendo abordagem de carros suspeitos, busca de veículos furtados e roubados, e busca por criminosos procurados. “Esperamos o mesmo resultado que temos tido nas demais UPS, com redução drástica de criminalidade, se não a eliminação total de crimes, e uma aproximação com a comunidade”, disse.

Na avaliação do comandante, o trabalho realizado nas UPSs já instaladas nos bairros Uberaba, em março, e no Parolin, em maio, é importante para a concretização das operações na Cidade Industrial. “Após a ocupação, esses policiais serão substituídos aos poucos por outros treinados para o policiamento comunitário.” Os agentes que participaram da ocupação representam um “embrião” do 23.º Batalhão da PM, que deve ser instalado ainda neste ano na CIC, afirmou Bondaruk. “Será o único batalhão do estado a atender apenas a um bairro.” Cerca de 500 policiais farão parte da unidade sob o comando do tenente-coronel Sérgio Luiz de Souza.

GAZETA DO POVO 18 JUL 2012

PERFIL CONTINUAÇÃO

A Cidade Industrial começou a ser formada há quatro décadas e, em pouco tempo, tornou-se o maior e mais populoso bairro de Curitiba. Conheça um pouco mais sobre a região:



45 mil são jovens

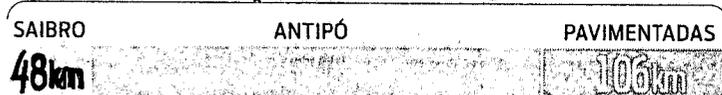
1,5% é a taxa de crescimento médio anual

É o único bairro que pertence a duas regiões de Curitiba: a zona oeste e a zona sul. Para poder ser administrada, teve de ser dividida em **CIC Norte**, **CIC Central** e **CIC Sul**.

43 km² de área
15 km de extensão

83 vilas, somando plantas históricas, como a Nossa Senhora da Luz, loteamentos populares, loteamentos irregulares, ocupações e até condomínios fechados, uma novidade dos últimos tempos.

411 km de vias



ECONOMIA

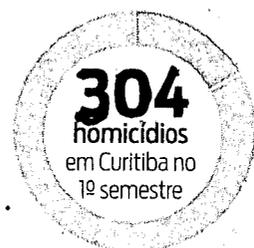
Empregos formais gerados



É uma das regiões de Curitiba que apresenta maior organização popular. O Ippuc identificou 125 entidades diferentes, perdendo em representações apenas para a Regional do Cajuru, com 148 grupos, entre clubes e associações. Estimam-se 130 líderes populares na CIC.

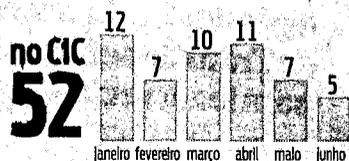
VIOLÊNCIA

Os altos índices de criminalidade na CIC foram determinantes para a decisão de instalar quatro Unidades Paraná Seguro no bairro. Acompanhe:



	furtos	roubos
Curitiba	21.395	12.775
Cidade Industrial	862	835

4,0% 6,5%



Homicídios no 1º semestre

	2011	2012
Curitiba	357	304 ▼14,8%
CIC	56	52 ▼7,0%

EXPANSÃO

Instalação de unidade no interior depende de apoio dos municípios

Até o fim do ano mais quatro Unidades Paraná Seguro (UPS) devem ser instaladas na capital. Já a extensão do programa para as cidades do interior e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) deve ficar apenas para o ano que vem. Mas, segundo o secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César, a aprovação de novas UPSs depende também da contrapartida que os municípios pretendem dar para o aumento da segurança.

César explicou que a infraestrutura das regiões que abrigam UPSs precisa receber melhorias por parte das prefeituras para que as unidades não fiquem restritas ao policiamento. "Tenho recebido pedidos de prefeitos do interior, mas a prefeitura tem de se comprometer a implementar políticas públicas que mudem a vida da comunidade, como instalação de creches, melhorias da iluminação e regularização fundiária", afirmou.

No interior, o secretário cita Londrina, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu como municípios que podem receber as unidades. Na RMC, há estudos para a implantação de UPSs em Colombo, São José dos Pinhais, Araucária e Fazenda Rio Grande, cidades que apresentam índices de homicídios maiores que a média estadual. "Nós estamos amadurecendo a ideia para a instalação de UPS na região metropolitana, mas o trabalho está sendo executado com todo o cuidado para não ter erro."

CONTINUA

18 JUL 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AS VILAS QUE TERÃO UPS

Caiuá

População: 8,6 mil

Área: 453 mil m²

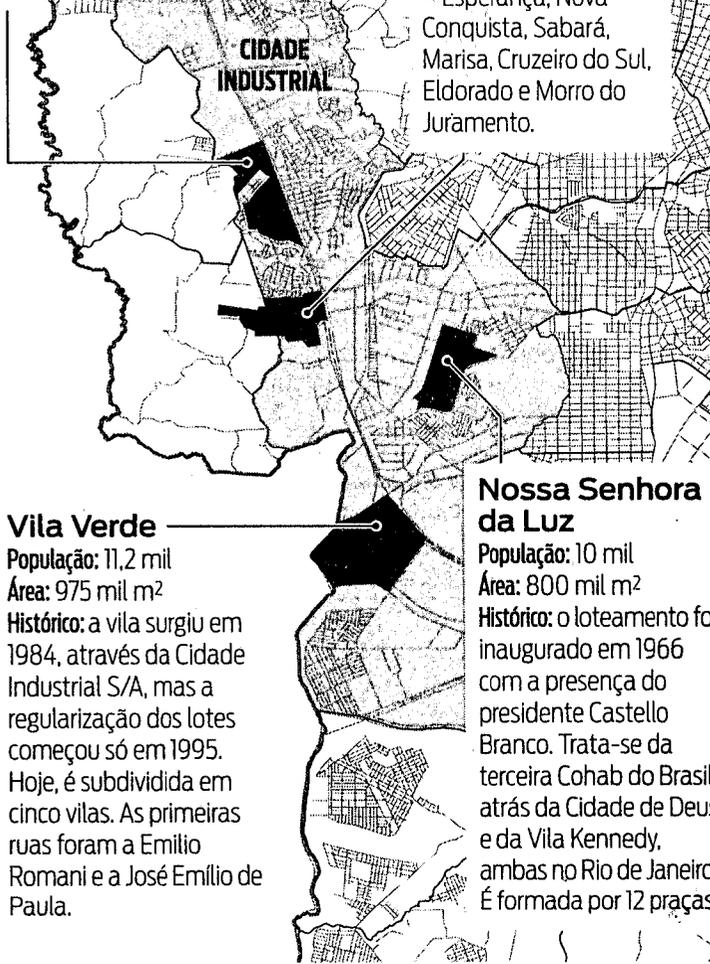
Histórico: formou-se a partir de uma leva de conjuntos da Cohab entre 1987 e 1994, do qual fazem parte Augusta e Itatiaia. A região já nasceu como bairro, com espaço para comércio e ligações com a cidade.

Sabará

População: 12,2 mil

Área: 575 mil m²

Histórico: o loteamento começou por volta de 1985, com a ocupação de famílias nas Vilas Conquista e Marisa. Hoje, é subdividido em sete vilas – Esperança, Nova Conquista, Sabará, Marisa, Cruzeiro do Sul, Eldorado e Morro do Juramento.



Vila Verde

População: 11,2 mil

Área: 975 mil m²

Histórico: a vila surgiu em 1984, através da Cidade Industrial S/A, mas a regularização dos lotes começou só em 1995. Hoje, é subdividida em cinco vilas. As primeiras ruas foram a Emílio Romani e a José Emílio de Paula.

Nossa Senhora da Luz

População: 10 mil

Área: 800 mil m²

Histórico: o loteamento foi inaugurado em 1966 com a presença do presidente Castello Branco. Trata-se da terceira Cohab do Brasil, atrás da Cidade de Deus e da Vila Kennedy, ambas no Rio de Janeiro. É formada por 12 praças.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

População local recebe ajuda de braços abertos

A chegada da UPS às quatro vilas da CIC fomenta a esperança da população pela redução da criminalidade. Para a dona de casa Maria Aparecida Lima, moradora do Sabará, o perigo nas ruas é muito grande. “A gente espera ter mais segurança, que possamos andar à noite pela vila sem medo”, disse. Aos 41 anos e mãe de dois jovens — um de 23 e outro de 16 anos —, ela relatou que nunca tem certeza sobre a segurança dos filhos. “O mais velho trabalha à noite. Sem policiamento, a situação ficava complicada.”

O pintor José Nascimento, 56 anos, mora no Sabará há 26 e afirma que a região sempre sofreu com a criminalidade. Nascimento vive ao lado de um bar onde, segundo ele, casos de brigas e discussões são frequentes. “Espero que com a polícia haja mais respeito.” O comerciante Almir Fonseca, morador da Vila Nossa Senhora da Luz há 43 anos, aposta que os índices de criminalidade em toda a CIC devem diminuir. “A UPS deve reduzir o número de assaltos e homicídios. Esta é a nossa esperança.” Porém, a população cobra que os policiais tenham efetivo e estrutura adequados. “Não adianta instalar hoje e amanhã abandonar. Queremos que os policiais atuem com condições para inibir a criminalidade”, ressalta o motoboy Márcio Gusmão, 25 anos.

Homicídio de jovens sobe 346% 18 JUL 2012 em três décadas

Estudo revela que a taxa de crianças e adolescentes assassinadas no país passou de 3,1 para 13,8 a cada 100 mil habitantes nos últimos 30 anos

De um lado, avanços em pesquisas e mais investimentos em saúde nos últimos 30 anos diminuíram os riscos de crianças e adolescentes morrerem de doenças e causas naturais no país. De outro, o Brasil ficou mais violento para essa faixa da população no mesmo período. Entre 1980 e 2010, o total de mortes de pessoas entre zero e 19 anos por doenças e causas naturais passou de 387 casos em cada 100 mil pessoas para 88,5 por 100 mil, queda de 77%.

Por outro lado, cresceu o total de crianças e de adolescentes que morrem pelas chamadas causas externas, que incluem homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e de outros tipos. As vítimas de causas externas, que somavam 27,9 casos por 100 mil habitantes em 1980, alcançaram 31,9 casos por 100 mil em 2010, aumento de 14,3%.

Em 30 anos, 55 crianças

39% DAS MORTES

em acidentes de trânsito envolvem motocicletas, à frente do automóvel (19,3%) e pedestres (12%).

e adolescentes morreram diariamente por homicídios, suicídios e acidentes, total suficiente para colocar o Brasil nos primeiros lugares no ranking de países mais violentos para crianças e jovens no mundo. É o 4.º onde mais se mata e o 12.º onde mais se morre por acidentes de trânsito.

Assassinatos

A piora no quadro de mortes por causas externas foi puxada pelos homicídios, que cresceram 346,4% em 30 anos. Em 1980, morreram assassinadas 3,1 crianças e adolescentes a cada 100 mil, total que alcançou 13,8 casos por 100 mil em 2010.

Também aumentou o total de suicídios (38%) e de acidentes de trânsito (7%).

Os dados são do Mapa da Violência 2012 — Crianças e Adolescentes do Brasil, estudo feito pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos e pela Flacso Brasil. “Esses dados ajudam a revelar certos aspectos do

Brasil que às vezes passam despercebidos. O fato de no Brasil se matar 130 vezes mais crianças e adolescentes do que no Egito revela que algo está errado”, diz o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, que coordenou a pesquisa.

Em 2010, São Paulo foi a capital brasileira com menor número de assassinatos de jovens e crianças, com 5,3 homicídios por 100 mil habitantes. No caso dos acidentes de trânsito, o estudo revelou peculiaridades interessantes. Na última década, diminuiu o total de mortes entre crianças de 2 a 13 anos. Nos extremos, porém, tanto entre bebês de zero a 1 ano quanto entre adolescentes de 14 a 19, aumentou o número de vítimas.

Motos

Para os jovens, esse aumento ocorreu principalmente por causa do crescimento da venda e uso das motocicletas, que representaram 39% das mortes em acidentes de trânsito, à frente do automóvel (19,3%) e pedestres (12%). “É uma idade complicada. Chamamos o jovem de 14 a 18 anos que dirige de ‘aventurista’, aquele que pega a moto e a bicicleta e mergulha no meio do trânsito sem pensar muito nas consequências”, explica Dirceu Rodrigues Alves Júnior, diretor da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

18 JUL 2012

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Fora do site

A Justiça Eleitoral determinou que a prefeitura de Curitiba retirasse de seu site oficial um link que fazia menção pessoal ao prefeito e candidato à reeleição, Luciano Ducci (PSB). Outra decisão manda que a prefeitura remova a publicidade institucional da frota municipal de ônibus. Em ambos os casos, as ações foram movidas pela coligação Curitiba Quer Mais, do candidato Gustavo Fruet (PDT). Por meio de sua assessoria de imprensa, a prefeitura de Curitiba informou que já retirou do ar o link com o nome do prefeito e que os adesivos de toda a frota de ônibus serão removidos até hoje.

Mais explicações

O advogado Guilherme Gonçalves, do jurídico da campanha do candidato a prefeito de Curitiba Ratinho Jr. (PSC), apresentou ontem novas explicações sobre a possibilidade do Programa do Ratinho – apresentado por Carlos Alberto Massa, pai do candidato – trazer problemas jurídicos para o concorrente do PSC. Ele argumentou que nas eleições anteriores, para deputado federal, nunca houve questionamento de que o programa televisivo poderia caracterizar propaganda eleitoral irregular.

COLUNA DOS LEITORES

Centro Judiciário

Sou contrário à desapropriação do Edifício Essenfelder se há área para construção do novo Centro Judiciário. Também considero imorais, no mínimo, os benefícios de veículos de representação para todos os desembargadores, de auxílio-livro e de outros auxílios. Juízes são funcionários públicos e devem respeitar o sagrado erário.

Altair Marenda Pereira

Aposentadoria de governador

Os políticos buscam brechas na lei para receber as polpudas e vergonhosas aposentadorias, como está fazendo o ex-governador Pessuti (**Gazeta** 17/7). Enquanto isso, para os simples mortais, restam apenas migalhas do falido INSS.

Romualdo Gabardo Corrêa

18 JUL 2012

GAZETA DO POVO

Excessos na internet podem ser punidos com justa causa

“O empregado deve observar que há regras de conduta morais e éticas que, mesmo não sendo claramente expressas, devem reger a relação entre as partes.” FACEBOOK

Miriam Cipriani Gomes, professora de Direito Trabalhista.

Decisão do TST mostra que exposição do local de trabalho precisa ser ponderada pelos usuários da web

Igor Castanho

Com um número cada vez maior de usuários, as redes sociais passam a ser monitoradas pelo mundo corporativo. Têm aumentado os casos de profissionais que, por comentários ou manifestações descuidadas no ambiente online, acabam sendo advertidos ou até mesmo demitidos. Recentemente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou a demissão por justa causa de uma enfermeira que tirou fotos dentro de uma UTI e as postou no Orkut. As empresas, ca-

46

milhões de cadastros dão ao Brasil o 2.º lugar entre os países com maior número de cadastrados na mais popular rede social do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, que possuem 157 milhões de usuários, conforme o site Socialbakers.

be estabelecer limites para o que pode ser dito nesses espaços, enquanto, para os empregados, o importante é cautela na hora de se manifestar.

Em novembro de 2008, a enfermeira Kláudia Pottes foi demitida por justa causa do hospital Prontolinda, localizado em Olinda, em Pernambuco. A justificativa teria sido a postagem de fotos que foram tiradas dentro da UTI, expondo a logomarca do hospital e transmitindo a ideia de que os funcionários não estavam trabalhando. O caso foi parar na Justiça e inicialmente teve sentença favorável a

Kláudia. No entanto, após a instituição entrar com recurso, o TST considerou a postura do empregador correta, por considerar que o hospital não era ambiente para brincadeiras.

Segundo a chefe do setor trabalhista do escritório Augusto Prolik, Lisiane Mehl Rocha, a atitude da empresa foi correta, ainda que tenha recebido a ação trabalhista.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 JUL 2012

“Muitas vezes as pessoas não adotam critérios e postam qualquer coisa, o que pode comprometer a relação com o empregador”. Ela concorda também com a decisão do tribunal. “O TST considerou a falta cometida pela empregada como muito grave. Ela deveria estar trabalhando e não confraternizando e/ou tirando fotografias na UTI”, salienta.

Para Miriam Cipriani Gomes, professora de Direito Trabalhista na Unicuritiba, o teor e o tipo do conteúdo que é compartilhado na rede são decisivos para avaliar se o funcionário cometeu ou não uma falta. “O empregado deve observar que há regras de conduta morais e éticas que, mesmo não sendo claramente expressas, devem reger a relação entre as partes”, diz.

Ela destaca que fatores como o tempo gasto acessando esse tipo de site também tem influência. “Se o indivíduo passa muito tempo acessando, está deixando de trabalhar e, portanto, violando o contrato de trabalho.”

Uma alternativa para as empresas é a restrição total ao acesso durante o expediente. Isso, contudo, não evita impactos negativos ocorridos fora do âmbito do trabalho. Além disso, não há como bloquear o acesso por dispositivos móveis, como o celular e o tablet. A estratégia mais comum tem sido a implementação de códigos de conduta, que estabelecem diretrizes e definem a postura que os profissionais devem ter na web

Lisiane também lembra que a empresa pode incluir uma cláusula de confidencialidade no contrato de trabalho, para o controle de dados estratégicos. “A lei permite isso e assim estabelecesse que, se o empregado divulgar informações sobre a empresa, poderá sofrer sanções”, completa.

18 JUL 2012

GAZETA DO POVO

MP cobra demissão de servidores fichas-sujas

O Ministério Público Estadual (MP) ajuizou uma ação na Justiça exigindo que quatro vereadores de Cascavel, no Oeste do Paraná, exonerem assessores com condenações criminais, considerados fichas-sujas por lei municipal aprovada neste ano. A ação é contra funcionários do presidente da Câmara, Marcos Damasceno (PDT), e dos vereadores Marcos Rios (PDT), Gilmar Gaitkoski (PSL) e Paulo Bebber (PR).

Os nomes dos assessores não foram revelados, apenas os crimes pelos quais foram condenados. O servidor de Damasceno, por exemplo, tem condenação por latrocínio (roubo seguido de morte), tráfico de drogas, furto, estelionato e falsificação de documento público. Os assessores dos demais vereadores já foram julgados e condenados por assassinato, roubo, formação de quadrilha e porte ilegal de arma.

A maioria dos vereadores saiu em defesa dos assessores. Bebber disse ter praticado "um bem, ressocializando um cidadão". Damasceno afirmou que "toda a pessoa tem direito à reintegração ao trabalho". Gaitkoski disse que não poderia opinar porque ainda não conhecia o conteúdo da ação. Rios informou que não sabia da condenação de seu assessor e que irá demiti-lo se a Justiça determinar a exoneração.

» MOVIMENTO

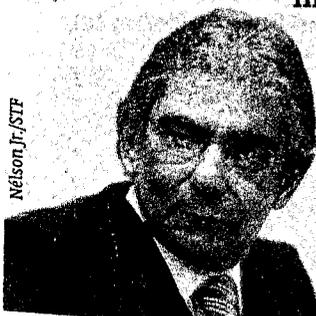
Paraná Sem Corrupção será lançado na sexta-feira

O Ministério Público do Paraná (MP) lança, na sexta-feira, o Movimento Paraná Sem Corrupção, uma parceria do órgão com a Secretaria Estadual da Educação e com o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), que edita o jornal *Gazeta do Povo*. O movimento tem como objetivo principal promover a conscientização para uma cultura de valores e princípios éticos.

A primeira fase do projeto, em agosto e setembro, irá ter ações nas escolas públicas, especificamente para os alunos do ensino médio. "Estamos preocupados com o primeiro voto. Por isso as atividades são direcionadas aos alunos de 15 e 16 anos", diz o promotor Eduardo Cambi, coordenador do movimento. Ele ressalta ainda que novas parcerias podem ser firmadas para expandir o projeto a outras áreas da sociedade e que as atividades do movimento continuam depois das eleições.

Pinga-fogo

"Do ponto de vista qualitativo, esse processo não difere dos outros. É tão importante quanto os outros."



Nelson Jr./STF

Ayres Britto, presidente do STF, minimizando a relevância do julgamento do mensalão na história do Supremo.

Fiep ajuíza ação para liberação de cargas em Foz do Iguaçu

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) ajuizou ainda ontem um mandado de segurança coletivo junto à Justiça Federal de Foz do Iguaçu para que as mercadorias que transitam no porto seco da cidade sejam inspecionadas em até cinco dias. Este procedimento vem sendo prejudicado pela operação-padrão dos auditores da Receita Federal, que pressionam o governo por melhores condições de trabalho. Outra ação semelhante foi ajuizada em Paranaguá na última quarta-feira, dia 11 de julho, e obteve liminar favorável. Com a decisão, as mercadorias originárias ou destinadas às indústrias do estado devem ser despachadas em um prazo máximo de cinco dias. Todas as empresas filiadas a sindicatos associados à Fiep podem se beneficiar da decisão.

18 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pacto federativo e Código Penal avançam no primeiro semestre

Proposta prevê mudanças polêmicas, como transformar a exploração dos jogos de azar em crime

A pontado pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), na abertura dos trabalhos legislativos, como uma das prioridades deste ano, o estabelecimento de uma nova relação entre a União, os estados e os municípios - o chamado pacto federativo - avançou na Casa, no primeiro semestre.

Sobre o tema, os senadores aprovaram, em abril, projeto de resolução do Senado que unificou em 4% as alíquotas do ICMS sobre produtos importados, a vigorar a partir de janeiro de 2013, para acabar com a guerra dos portos (PRS 72/2010). Foi aprovada ainda a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/2011, que alterou os critérios para a distribuição do ICMS do comércio eletrônico.

Uma comissão especial de notáveis foi instituída pelo presidente Sarney em abril para apresentar propostas relativas ao pacto federativo. Presidida pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, a comissão tem até 22 de setembro para apresentar suas conclusões ao Senado, que serão então transformadas em projetos de lei e analisadas pelos parlamentares.

CÓDIGOS

No primeiro semestre, também, foi concluída uma importante etapa para a atualização do Código

Penal, outra prioridade do Senado em 2012. Instalada em outubro de 2011, a Comissão de Reforma do Código Penal apresentou no dia 9 de julho ao presidente Sarney o anteprojeto de reforma à legislação penal brasileira.

A proposta prevê mudanças polêmicas: transforma a exploração dos jogos de azar em crime; descriminaliza o plantio e o porte de maconha para consumo; amplia possibilidades do aborto legal; e reforça a punição a motoristas embriagados.

Uma comissão temporária de 11 senadores será responsável por discutir o projeto e propor mudanças antes de sua votação pelo Plenário. A criação de comissões especiais de especialistas tem se configurado como caminho para reformar e atualizar a legislação brasileira. Além do Código Penal, estão em diferentes estágios as revisões do Código Eleitoral e do Código de Defesa do Consumidor. Já foram aprovadas pelos senadores novas versões do Código de Processo Civil (PLS 166/2010) e do Código de Processo Penal (PLS 156/2009).

Mesmo tendo se licenciado por 30 dias neste primeiro semestre para tratamento de saúde, Sarney também conduziu uma série de iniciativas que integram o processo de modernização e transparência das atividades da Casa.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Liminar suspende execução de créditos trabalhistas contra empresa de laticínios

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, concedeu liminar para sustar, na 2ª Vara do Trabalho de Marabá (PA), todos os atos de execução de créditos trabalhistas, em especial aqueles que importem em levantamento de dinheiro, contra a Paraleite Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.. A empresa está em processo de recuperação judicial.

A decisão foi tomada por Pargendler ao admitir o processamento da reclamação apresentada pela empresa contra julgado da vara trabalhista, que, ignorando decisão anterior do STJ, determinou o prosseguimento da execução dos créditos trabalhistas, com o depósito das parcelas remanescentes da arrematação ora suspensa.

Anteriormente, em um conflito de competência suscitado entre o juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Marabá (PA) e a 2ª Vara do Trabalho de Marabá, o relator do processo, ministro Luis Felipe Salomão, declarou ser de competência da 2ª Vara Cível processar e julgar ações que tratem de execução de créditos trabalhistas. A ordem foi simplesmente ignorada pela vara trabalhista que deu prosseguimento a execução.

Ao analisar o caso, o ministro Pargendler afirmou que, ao dar prosseguimento à execução nos autos da reclamação trabalhista, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Marabá pode mesmo ter descumprido a decisão proferida nos autos do conflito de competência. Por essa razão, ele deferiu a medida liminar para sustar todos os atos de execução. O mérito da reclamação será julgado pela Segunda Seção, após o término das férias forenses. O relator é o ministro Luis Felipe Salomão.

18 JUL 2012

18 JUL 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha

Justiça manda retirar propaganda da prefeitura dos ônibus

Toda a publicidade da prefeitura de Curitiba referente aos "557 novos ônibus", estampada nos veículos do transporte coletivo, terá que ser tirada de circulação por decisão da Justiça Eleitoral. Por se tratar de campanha institucional, a juíza Adriana Ayres Ferreira considerou que a ação caracteriza propaganda eleitoral irregular da coligação Curitiba Sempre na Frente, de Luciano Ducci (PSB).

A propaganda é considerada irregular por estar circulando em período proibido de fazer qualquer tipo de campanha institucional usando recursos públicos em benefício de um candidato. Desta forma, foi atendido o pedido da coligação Curitiba Quer Mais, de Gustavo Fruet (PDT), para que o material seja tirado de circulação. Para isso, a prefeitura recebeu prazo de 48 horas, que vence no final da tarde de hoje. A assessoria de imprensa da prefeitura informou que a retirada da publicidade estará concluída até o prazo estabelecido.

A publicidade institucional no site também foi alvo de questionamentos pela equipe de Fruet, resultando em decisão favorável da Justiça Eleitoral para que também seja tirada do ar. Além disso, a juíza Renata Estorilho Baganha estabeleceu a retirada de link que direcionava o internauta à página com entrevistas de Ducci e a suspensão da exibição da "TV Prefeitura de Curitiba" no Youtube. Ontem à noite, a publicidade institucional e o link de Ducci já tinham sido tirados do site. Já o perfil no Youtube continuava ativo, mas sua última atividade era de 27 de junho.

Júri

O júri de Ricardo Cordeiro Reysel, ex-segurança da Centronic, está marcado para hoje, a partir das 9h, na Câmara Municipal de Almirante Tamandaré. Ele é um dos sete acusados do assassinato do estudante Bruno Strobel Coelho Santos, ocorrido em outubro de 2007.

JORNAL DO ÔNIBUS

Contra propaganda

A juíza Adriana Ayres Ferreira concedeu liminar à Coligação Curitiba Quer Mais que apresentou representação para proibir a publicidade institucional da prefeitura de Curitiba nos vidros traseiros dos ônibus entendendo que isso trata-se de propaganda eleitoral que beneficia o prefeito Luciano Ducci, da Coligação Curitiba Sempre na Frente.

CONJUR

Salários de servidores só podem ser publicados sem nomes

18 JUL 2012

Os salários e subsídios dos agentes públicos filiados ao Sindicato dos Municípios de Porto Alegre somente podem ser divulgados sem os nomes. O desembargador Irineu Mariani, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, manteve suspensão a divulgação nominal dos vencimentos.

A determinação foi feita no dia 5 de julho pela juíza Rosana Garbin, da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Ao analisar o pedido de reconsideração do Município, o desembargador salientou que a divulgação das remunerações, sem os nomes dos servidores, está autorizada. A decisão do TJ gaúcho foi tomada na segunda-feira (16/7).

Ele salientou que a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11) não refere, nem ao menos implicitamente, que o princípio da publicidade abrange os nomes. Pelo contrário, assinalou, aponta casos em que o acesso à informação não é integral, por ser parcialmente sigilosa, sendo permitida a ocultação da parte sob sigilo. Mariani ressaltou que a publicização deve respeitar o direito à intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Lembrou que o próprio Supremo Tribunal Federal, na Suspensão de Liminar 623, reconhece que a divulgação dos nomes fragiliza o direito à segurança. Enfatizou que a Constituição fixa a inviolabilidade do direito à segurança que, portanto, deve garantido integralmente.

O desembargador Mariani ponderou, ainda, que a lei libera as informações pessoais para fins de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, porém veda a identificação da pessoa a que as informações se referirem. “Paradoxal seria a Lei se permitisse a identificação da pessoa quando não é caso de interesse público ou geral, mas de interesse particular, que na maioria das vezes, sabidamente, acontece para fins de simples fuxico social, quando não para fins ilícitos, e aí retorno à questão da fragilização da segurança pessoal e da família, como reconhecido pela própria Suprema Corte”, concluiu.

Dessa forma, entendeu por manter a decisão de primeiro grau e do desembargador plantonista, até que o mérito do Agravo de Instrumento seja julgado pela 1ª Câmara Cível. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

Agravo de Instrumento nº 70049867625

CONJUR 18 JUL 2012

TJ do Rio manda NET reduzir prazo de fidelidade

A omissão da previsão do prazo de prestação de serviços não pode dar base para que o fornecedor fixe prazo maior ainda de fidelização de serviços. Com este entendimento, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro considerou abusiva a fixação de prazo de 18 meses para fidelidade de serviços, 6 meses a mais do que o estabelecido pela Anatel — 12 meses.

A Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. O MP pediu a condenação da NET Rio ao pagamento de indenizações individuais e coletivas no valor mínimo de R\$ 100 mil. O TJ fluminense não considerou a ocorrência de dano moral individual, nem de danos morais de natureza coletiva.

O subscritor da ACP, promotor de Justiça Pedro Rubim Borges Fortes, esclareceu que os consumidores lesados devem se dirigir a um Juizado Especial Cível com uma cópia do acórdão da 4ª Câmara Cível do TJ-RJ e dos comprovantes da cobrança indevida feita pela NET. “O principal efeito prático do julgamento consiste na redução do prazo da fidelidade para a internet banda larga, ao qual a empresa NET está obrigada imediatamente. Já o consumidor que tiver sido multado por cancelar seu contrato depois de um ano e antes de 18 meses, deverá demonstrar o seu prejuízo individual perante o Juizado. Caso este consumidor pretenda ser indenizado por danos morais, deve ingressar com um novo processo individual contra a empresa”, disse o promotor. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Ministério Público do Rio de Janeiro.*